



Diário OFICIAL Assembleia

Poder Legislativo Estadual

Edição nº 958 | 18ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa | Publicação nº 159 | 08 páginas
Curitiba, Terça-Feira, 06 de Outubro de 2015

Mesa Executiva

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES 1º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMAR LUIZ TRAIANO Presidente	DEPUTADO ADELINO RIBEIRO 3º Secretário
DEPUTADO ANDRE BUENO 2º Vice-Presidente	DEPUTADO PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES 1º Secretário	DEPUTADO JOSÉ CARLOS SCHIAVINATO 4º Secretário
DEPUTADO GILBERTO RIBEIRO 3º Vice-Presidente	DEPUTADO ADEMIR BIER 2º Secretário	DEPUTADO NEY LEPREVOST 5º Secretário

Lideranças

Líder do Governo	Deputado Luiz Cláudio Romanelli
Líder da Oposição	Deputado Tadeu Veneri
PMDB	Deputado Nereu Moura
PSD	Deputado Chico Brasileiro
DEM	Deputado Elio Lino Rusch
PT	Deputado Professor Lemos
PDT	Deputado Nelson Luersen
PSDB	Deputado Francisco Buhner
PSC	Deputado Leonaldo Paranhos
Bloco - PRB,PPL,PSL,PV	Deputado Edson Praczyk
Bloco - SD,PP,PMN	Deputado Felipe Francischini
Bloco - PPS,PTB,PSB	Deputado Tião Medeiros

Representação Partidária

PSC - Alexandre Guimarães, Cláudia Pereira, Cobra Repórter, Gilson de Souza, Guto Silva, Hussein Bakri, Marcio Nunes, Claudio Palozi, Paranhos, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Wilmar Reichembach. **PMDB** - Ademir Bier, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior. Jonas Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Moura, Requião Filho. **PSDB** - Ademar Traiano, Bernardo Ribas Carli, Cantora Mara Lima, Evandro Junior, Francisco Buhner, Mauro Moraes, Paulo Litro. **DEM** - Elio Lino Rusch, Nelson Justus, Pedro Lupion, Plauto Miró Guimarães. **PDT** - André Bueno, Fernando Scanavaca, Márcio Pauliki, **PT** - Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri. **PSD** - Chico Brasileiro, Luiz Carlos Martins, Ney Leprevost. **PSB** - Gilberto Ribeiro, Tiago Amaral. **PPS** - Cristina Silvestri, Tercílio Turini. **PP** - Maria Victória, Schiavinato. **PV** - Rasca Rodrigues. **PRB** - Pastor Edson Praczyk. **PSL** - Adelino Ribeiro. **PMN** - Dr. Batista. **PTB** - Tião Medeiros. **SD** - Felipe Francischini. **PPL** - Márcio Pacheco.

Deputados Licenciados

PSC - Ratinho Júnior, **PPS** - Douglas Fabrício

www.imprensaoficial.pr.gov.br



PODER LEGISLATIVO ESTADUAL

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Diretor - Geral	Roberto Costa Curta
Procurador - Geral	Ramon de Medeiros Nogueira
Secretário - Geral da Presidência	Harry França Junior
Diretor Legislativo	Dylliardi Alessi
Diretora Administrativa	Marinês Picinin Raimundi
Diretor de Pessoal	Bruno Perozin Garofani
Diretor de Apoio Técnico	Cléber Cavalli
Diretor de Assistência ao Plenário	Juarez Lorena Villela Filho
Diretor Financeiro	João Ney Marçal Junior
Controlador Geral	Rodrigo Garcia Sant'Anna Bevilacqua
Ouvidor Geral	Caíto Quintana

Praça Nossa Senhora de Salete, s/n - Curitiba - PR - CEP 80.530-911

Telefone 41 3350.4000

Sumário

Sessões Plenárias	03
-------------------------	----

Sessões Plenárias

Sessão Especial

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Palácio XIX de Dezembro

Diretoria Legislativa

Audiência Pública de Apresentação de Cumprimento de Metas Fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda Relativas ao 2.º Quadrimestre de 2015, ocorrida em 30 de setembro de 2015.

Aos trinta dias do mês de setembro de 2015, após o término da Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, sob a Presidência do Deputado Ademar Traiano, secretariado pelos Deputados Plauto Miró (1º Secretário) e Ademir Bier (2º Secretário), deu-se início à **Audiência Pública** de apresentação de cumprimento de metas fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda relativas ao 2.º quadrimestre de 2015.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Srs. Deputados, em cumprimento à Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 9.º, § 4.º, declaro aberta a Audiência Pública de Prestação de Contas do 2.º Quadrimestre de 2015, da Secretaria de Estado da Fazenda. Esta Presidência gostaria de, inicialmente, registrar e convidar para que venha à Mesa o Secretário Mauro e, na sequência, a Mestre de Cerimônias fará a leitura dos convidados presentes que compõem toda a equipe da Secretaria da Fazenda. E também, já de imediato, vamos abrir as inscrições para as perguntas que poderão ser feitas após a apresentação do Secretário Mauro - iremos abrir um espaço de 30 minutos com mais 15 de prorrogação e só podendo o Secretário Mauro, na sequência, ser apartado nos últimos 15 minutos, se assim entenderem os Srs. Deputados.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): "Pela ordem", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): "Pela ordem", Deputado Nereu Moura.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Sr. Presidente, quero fazer um comunicado à Casa: em sinal de protesto pelos documentos terem chegado ontem à noite nesta Casa, não permitindo que nós, Deputados, pudéssemos ter o devido conhecimento, a Bancada de Oposição e a Bancada de Situação irão retirar-se do Plenário para que este Poder seja mais respeitado. Acharmos que foi um desrespeito a esta Casa e a todos os Deputados.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB): Ex.a, a Bancada de Situação não vai deixar o Plenário. Desculpe, acho que é um equívoco do Deputado Nereu. Permaneceremos em Plenário, obviamente vamos ouvir a apresentação dos resultados do quadrimestre, não há razão para o protesto, embora seja um direito do Parlamentar fazê-lo. Mas, quero convidar todos e todas que desejem participar, da Bancada de Apoio ao Governo, do Grupo Independente e da própria Oposição, porque cada um tem o direito de permanecer, cada um é livre aqui.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Deputado Romanelli, falei Bancada Independente. Não falei Situação.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB): Falou, falou Situação.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Então, peço desculpas. É a Bancada Independente. Desculpe.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB): V.Ex.a tem o direito de fazer o protesto.

DEPUTADO NEREU MOURA (PMDB): Estou protestando em nome da Bancada da Oposição e da Bancada Independente. Estamos nos retirando do Plenário neste instante.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB): É um direito que V.Ex.a tem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Está registrada a manifestação do Deputado Nereu, compartilhada por outros Parlamentares. É um direito assegurado que os Srs. Deputados têm de não permanecer no Plenário, mas nem por isso fica prejudicada a explanação que o Secretário Mauro haverá de fazer e, aliás, é uma Audiência Pública, é uma imposição legal da Legislação, estão aqui todos os veículos de comunicação e a nossa própria TV que transmite ao vivo e que dá, com certeza, a legitimidade desta Audiência.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Fora do microfone): "Pela ordem", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Pois não. Som

para o Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB): Permita-me apenas, "pela ordem", dizer que o Regimento não trata de a apresentação tenha que chegar em determinado prazo antecipado, não há nenhum dispositivo legal e constitucional em relação a isso. Então, o que é importante é a apresentação que é feita, obviamente, atendendo a legislação em vigor.

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): "Pela ordem", Deputado Scanavaca.

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA (PDT): Alguns da Base não estão no Plenário em função da reunião que está tendo neste momento da Comissão de Finanças desta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Bom, Srs. Deputados, solicito à nossa Mestre de Cerimônias para que faça o registro das pessoas convidadas, que fazem parte da estrutura da Secretaria da Fazenda, e que vieram aqui para acompanhar esta Audiência Pública.

SRA. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Sr. Presidente, acompanham o Secretário da Fazenda, Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, as seguintes pessoas de sua equipe técnica: Dr. George Tormin que é o Diretor-Geral; Dr. Celso Tadeu, Chefe de Gabinete; Dr. Gilberto Calixto, Diretor de Coordenação da Receita do Estado; Dr. Euvaldo Luiz Baldes, Assessor do Secretário da Fazenda; Dr. Eduardo Moreira, Chefe do Núcleo Jurídico da Administração da Secretaria; João Otávio da Coordenação de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda; João Giona da Coordenação de Orçamento e Programação; Francisco Inocêncio da Coordenação de Assuntos Econômicos; Edemilson José Pego, Contador-Geral da Secretaria de Estado da Fazenda; Maria de Fátima, Coordenadora do Escritório de Gerenciamento de Projetos; Gedalva Baratto, Assessora Econômica; Marli Iacomini, Assessora de Imprensa; Ademir Furlanetto, Conselho de Contribuintes; Carlos Meireles, Controle Interno da Secretaria da Fazenda; Bruna Kowalski, Técnica da Divisão de Receita e Dívida da Secretaria da Fazenda; e Raquel Karina Loch, também Técnica da Divisão de Receita e Dívida da Secretaria da Fazenda. Neste momento, o Secretário da Fazenda do Paraná, Mauro Ricardo Costa, fará a entrega da prestação de contas do Governo do 2.º Quadrimestre de 2015 ao Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Sr. Ademar Luiz Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Agradeço à nossa Mestre de Cerimônias pela leitura e o anúncio dos nossos convidados presentes e, agora, tenho a satisfação de conceder a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, para que possa fazer a explanação. Fica a seu critério se quiser fazer lá de baixo ou aqui, pois não. Então, o senhor terá 30 minutos com mais 15 de prorrogação.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Bem, primeiramente queria saudar o Exm.o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná Deputado Traiano e, em nome dele, cumprimentar a todos os Deputados presentes. Dizer da alegria de estar, novamente, aqui, na Assembleia Legislativa. Tenho sido um frequentador assíduo da Assembleia Legislativa. Estou, inclusive, pensando em trocar o meu título de eleitor para o Paraná para, quem sabe, conviver com maior proximidade em relação aos Parlamentares presentes. Mas, o objeto hoje da reunião é a apresentação do segundo quadrimestre de 2015, cumprindo o que está estabelecido na Lei Complementar 101 de maio de 2002. Vou apresentar as receitas, os resultados de receitas, despesas ao regime próprio de Previdência e resultados, e a dívida e os limites alcançados até agora. Uma análise da receita mostra que aqui são os anos de 2010, 2014 e 2015. Tivemos um comportamento espetacular da receita tributária por conta, exatamente, de diversas ações que foram implantadas no âmbito da Secretaria da Fazenda, logicamente com o apoio forte desta Casa na aprovação de medidas legislativas, que propiciaram o incremento significativo da receita tributária. Vocês podem observar de 2015 para 2014 um crescimento de 18% nominal, ou 8,72% real, já descontada a inflação. Receita patrimonial também, tivemos um crescimento real de 2,97, receita agropecuária, industrial, enfim, comportamento da receita ao longo desse período, de janeiro a agosto nós tivemos um crescimento nominal de 15% e real de 6%. Então, é importante frisar, porque o que tem ocorrido hoje na União e nos Estados é uma redução real da receita. No caso do Paraná estamos nos destacando em relação ao que ocorre no restante do Brasil, porque estamos com um crescimento real de receita de 6% e nominal de 15%. A composição das nossas receitas é essa, vocês podem observar que o Estado vive basicamente da receita tributária, que representa 70% de todo o bolo da receita corrente do Estado. E o outro, a receita de transferências de terceiros muito pouco, de 11,44. E aqui é o do Fundeb, que são os próprios recursos do Estado. Pedi para fazer um quadro novo para apresentar à Assembleia, mostrando como é a composição da receita corrente entre próprios e de terceiros. Vocês podem observar que quase 89% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado são receitas próprias, só recebemos de transferências de terceiros 11,4%. Então, o Estado é dependente, sim, das receitas próprias. Se olharmos Estados do Nordeste, exatamente o inverso do que está aqui colocado, grande parte dos Estados do Nordeste vivem basicamente das

receitas de transferências e pouco das receitas próprias. No que se refere à receita tributária, estamos com o ICMS um crescimento de quase 15% nominal e em torno de 6% real. O IPVA, com crescimento de quase 41% nominal e 28,91. O importante no ICMS porque o aumento da alíquota de ICMS foi de 40%. Por que aqui está 40,88? Porque também conseguimos reduzir o nível de inadimplência em relação ao IPVA de tal maneira que pudéssemos alcançar esses resultados extremamente importantes. ITCMD: também tivemos um crescimento de 41% nominal, ou quase 30% real; imposto de renda na fonte também da mesma forma; as taxas que houve o menor crescimento. Mas na receita tributária tivemos um crescimento nominal de 18% e um crescimento real de quase 9%. E aí a composição da receita tributária, logicamente, quase 78% é do ICMS, ITCMD 1% e IPVA quase 14%. Essa é a composição da receita tributária. Vamos ver o comportamento das transferências correntes, aquilo que recebemos, em especial do Governo Federal. Vocês podem observar que há uma redução, enquanto as receitas do Estado têm crescimento nominal e crescimento real expressivo, as transferências da União todas estão com decréscimos. Podem observar o Fundo de Participação dos Estados, uma redução de 6,6 quase 7% nominal e o real de 1,7. A CIDE da mesma forma, compensação financeira, a Lei Kandir, enfim, as transferências federais estão diminuindo a sua participação no bolo de receitas do Estado, o que é ruim, isso não é bom, até porque o Estado do Paraná contribui com R\$ 40 bilhões de transferência de recursos provenientes de tributos cobrados aqui ao Governo Federal. Infelizmente, só retornam R\$ 15 bilhões para os Estados e Municípios, em torno de 37%, ou seja, 63% do que é arrecadado aqui vai para Brasília e não retorna para o Estado do Paraná. As receitas do Fundeb, como podem observar, temos um déficit em relação ao Fundeb, colocamos muito mais do que retiramos do Fundeb. Foram enviados, até agosto, R\$ 3 bilhões e 100 milhões e foram sacados R\$ 2 bilhões 500 milhões, ou seja, R\$ 500 milhões aproximadamente de perdas do Fundeb. Aqui é um quadro que mostra a receita realizada frente à receita orçada inicialmente. Observem que a receita que é orçada está em torno de R\$ 40 bilhões e já realizamos, até agosto, em torno de R\$ 25 bilhões, ou seja, 62% aproximadamente da receita estimada. Logicamente temos nesta receita estimada, superestimativas, que foram feitas no passado e que estão incorporadas no orçamento de 2014. Por isso que fizemos o contingenciamento de despesas em 2015 de tal forma que pudéssemos ajustar a despesa à nova realidade econômica financeira do Estado. No que se refere às receitas de capital, temos uma arrecadação de R\$ 386 milhões contra, em 2014, R\$ 1 bilhão e 90 milhões. E aqui, por que tem R\$ 1 bilhão e 90 milhões? Porque houve um ingresso de uma operação de crédito que foi feita no ano passado, o Proinveste de R\$ 750 milhões, aproximadamente, que ingressou de uma vez só no mês de agosto, por isso essa distorção em relação ao comportamento da receita nesse período. As receitas de capital estão assim distribuídas: em operações de créditos, amortização de outras receitas de capital, em torno de 29% e operações de créditos, em torno de 65%. As receitas próprias e de terceiros: operamos com receitas próprias em torno de 30%, realizamos, no ano de 2015, despesas com receitas próprias da ordem de 30% e o que se refere a receitas de terceiros, na ordem de 70%. A receita de capital, vocês podem observar, que a receita estimada com esse exercício de capital de R\$ 2.300 bilhões aproximadamente, só foi realizado, até agora, R\$ 386 milhões. A grande frustração são nas transferências da União. Foram previstas transferências da União de R\$ 760 milhões e entrou até agora apenas 17. Da mesma forma, 922 relativos a convênios só entrou R\$ 113 milhões, e as operações de créditos que não foram ainda autorizadas pelo Governo Federal. Então, essas são as grandes frustrações de receita, estão na receita de capital por conta, exatamente, de compromisso que não foram cumpridos por parte do Governo Federal. Bom, a receita orçada e realizada com a receita corrente capital, podem observar que temos receita corrente realizada de quase 25 bilhões e receita de capital 386, que nos dá vinte e cinco e trezentos. Vamos analisar um pouco o comportamento da despesa, que teve um decréscimo real de 5,3 ou um pequeno acréscimo de 2,76. Na despesa corrente, sem insuficiência financeira, também tivemos um decréscimo de menos 4% e na insuficiência financeira menos 28%. A despesa de capital, também, tivemos um decréscimo na despesa de 8,73 real ou 1%. Ou seja, a receita cresce e a despesa cai, de tal maneira que possamos, ao longo do exercício de 2016, concluir o ajuste fiscal preconizado pelo Governo. Observem as receitas crescendo e as despesas diminuindo. Com relação às despesas, um detalhamento maior das despesas. Observem que a despesa com pessoal e encargos sociais cai, em termos nominais, 4,34 ou, em termos reais, 11 ou quase 12%. E aí é, basicamente, por conta da migração de massa do Fundo Financeiro para o Fundo Previdenciário - com o Projeto de Lei que foi aprovado por esta Casa, e que permitiu que pudéssemos reduzir as despesas do Tesouro em relação ao pagamento de inativos e pensionistas. Juros e encargos da dívida crescem, logicamente por conta da variação do dólar e outras despesas correntes, excluindo as transferências aos Municípios, também têm uma queda de quase 5%. E o que se destaca, na despesa, é a transferência ao Município que tem crescido, significativamente, em especial por conta do incremento da receita do ICMS e do IPVA. Observem um crescimento de 20% no período de janeiro a agosto, o que tem ajudado significativamente os Municípios em suas finanças, por conta - em especial este ano - da redução das transferências do Governo Federal.

Esses 20% estão compensando e significam, até o mês de agosto, em valores absolutos, R\$ 1 bilhão a mais do que foi transferido no mesmo período do ano passado. As despesas correntes, como vocês podem observar, retirando, logicamente, as transferências e Municípios - quanto maior, melhor. As despesas caem em termos reais 1,76 e cai, também, em termos nominais quase 10%. Ou seja, as receitas correntes crescem a seis e as despesas correntes, excluindo as transferências a Municípios, caem, aproximadamente, 10%. O detalhamento da despesa vocês podem observar que grande parte das despesas está locada a pessoal e encargos sociais: em torno de 61% das despesas do Estado estão locadas a pessoal e a encargos sociais; outras despesas correntes 22%; transferências a Municípios 24%. Então você pode observar: 61, dá 85%, é pessoal e encargos sociais e transferência a Municípios. Sobre, para a distribuição entre todas as Secretarias, aproximadamente, R\$ 5 bilhões, só 22% do orçamento é disponibilizado para aplicação em diversas Secretarias, em seu custeio finalístico. Em outras despesas correntes, abrindo um pouco mais, vão ver que as transferências a Municípios, de ICMS, o crescimento é de 14%; de IPVA, um crescimento de 43%. São despesas extremamente significativas que ajudam o Município no exercício de suas competências constitucionais; o serviço médico... Aqui está um detalhamento. Já transferíamos ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios, este ano, R\$ 521 milhões. E até agora, em torno de R\$ 23 milhões para pagamento de obrigações de pequeno valor, ou seja, para pagamento de sentenças judiciais, estamos dispendendo este ano até o mês de agosto, R\$ 543 milhões. A expectativa é que cheguemos até o final do ano, próximo de R\$ 800 milhões de transferências. As transferências a Municípios, podem observar um pouco mais detalhado, por tributo, vocês veem aqui um crescimento de 20%, ou quase 11% real. As despesas de capital, logicamente que tivemos que puxar o freio de mão em relação às despesas de capital, de tal maneira que pudéssemos, primeiro, pagar os compromissos de exercícios anteriores, antes de fazermos novos compromissos. Por isso, as despesas de capital, em especial investimento, reduzem em relação a 2014. Realizamos, até agosto, quase R\$ 500 milhões, bem diferente do que está colocado aqui em 2014, lembrando bem que em 2014 houve o ingresso dos recursos do Proinveste, por isso que foram realizados R\$ 1 bilhão e 200 milhões. Aqui são os principais investimentos realizados pelo Estado, até o mês de agosto, gestão de projetos, sistema multimodal de transporte, sistema de transporte, desenvolvimento urbano, enfim, tem um detalhamento dos principais gastos do Estado, no que se refere a investimentos. Temos as despesas por função: a saúde, com R\$ 2.500 bilhões; a segurança pública, com R\$ 2.200 bilhões; e educação, com R\$ 5 bilhões e 500 milhões, a previdência com R\$ 1 bilhão e 800 milhões - que são os encargos especiais - tem a transferência a Municípios, serviços da dívida. Enfim, está detalhado por função do Governo, onde foram gastos os R\$ 23 bilhões e 477 milhões arrecadados até o mês de agosto. As despesas por função pode-se observar que a educação é o maior gasto do Estado, de 23,5%; depois as transferências a Municípios, 23%; depois saúde, com 11%; e previdência social, sete,... A previdência é o quarto maior gasto do Governo, a previdência social; precatórios estão pagando 548; esse aqui é o gasto judiciário, R\$ 1 bilhão e 400 milhões. No que se refere às despesas previdenciárias, estamos no ano de 2015, as despesas já alcançaram R\$ 4 bilhões e 700 milhões dos três Fundos. Aqui é o Fundo Financeiro, o Fundo Militar e o Fundo Previdenciário, então são gastos de quase R\$ 5 bilhões. Já aportamos ao Fundo R\$ 1 bilhão e 604 milhões no Fundo Financeiro e no Fundo Militar e, logicamente, dessas receitas que são transferidas aqui também aos Fundos, que são provenientes da contribuição previdenciária do Governo do Estado. Os resultados alcançados, de janeiro a agosto, mostra um resultado entre receitas e despesas empenhadas de quase R\$ 1 bilhão e 800 milhões, que se deduzidas a insuficiência financeira, chegamos a R\$ 1 bilhão e 400 milhões. Esse superávit, logicamente, está sendo usado para pagamento de compromissos de exercícios anteriores e também para formar lastro para pagamento do 13.º salário. E podem observar também, neste quadro, os crescimentos reais da receita corrente, despesa corrente e outras despesas correntes. A receita corrente cresce a seis, a despesa corrente cai aproximadamente a 10% e as outras despesas correntes caem a 5%. O resultado primário, temos o resultado positivo de quase R\$ 1 bilhão e 200 milhões, entre as receitas primárias e a despesa primária. A meta da LDO é um déficit primário, estamos com um superávit primário de R\$ 1 bilhão e 200 milhões. No que se refere ao resultado nominal, também temos um resultado nominal positivo, o negativo significa um superávit nominal. Ou seja, a nossa dívida líquida que era de 15.163 em 31 de dezembro, baixou para 14.078. Ou seja, reduzimos a dívida em R\$ 1 bilhão e 85 milhões. Então, tivemos superávit nominal. A despesa com pessoal também, até o mês de agosto, por conta das medidas que foram adotadas e de contenção dessas despesas, reduzimos as despesas de pessoal em relação a receita corrente líquida. Lembrando bem que até dezembro do ano passado estávamos no limite prudencial, no primeiro quadrimestre fomos para o limite de alerta e agora já saímos do limite de alerta, estamos com 43,75% do Executivo, o alerta é 44.10% - estamos abaixo do limite de alerta. O Poder Judiciário, da mesma forma, o Legislativo também e o Ministério Público. O alerta é 54%, estamos em 51,34%, ou seja, o esforço que o Governo fez está dando os resultados esperados. No que se refere à educação, já aplicamos, de janeiro a

agosto - o mínimo é 30% - aplicamos 32,7%, bem mais do que o mínimo estabelecido pela legislação. Logicamente, tem até o final do exercício para concluir isso, a expectativa é que fique um pouco maior do que 33%. Na saúde, alcançamos 10,4% até agora, lembrando que tem até o final do ano para alcançar os 12%, porque estamos priorizando também os pagamentos de despesas de exercícios anteriores, da saúde. Então, a receita auferida este ano, está sendo usada para pagamento de exercícios anteriores e de despesas também deste exercício, mas até o final do ano concluiremos os gastos com saúde, da ordem de um pouco mais de 12%. Com relação à nossa dívida, este aqui é um quadro resumo, para mostrar para vocês que o limite de endividamento nosso, desculpe, as despesas com pessoal, estamos com 51,34% abaixo do limite de alerta, que é 54%. Limite de garantia também estamos bem abaixo, é 22%, estamos com 2,53%. De operações de crédito também. Temos aí, o limite é 200, duas vezes a receita corrente líquida, estamos com 50% de 200, estamos com 50%. Os limites também de gastos com serviços da dívida de 11,5%, estamos com 5,3%, ou seja, estamos em uma situação muito boa em relação às finanças desse exercício, que o que temos pela frente é gerar receitas maiores ainda e reduções de despesas para pagamento de exercícios anteriores, e retomando a capacidade de investimentos no Estado. No que se refere à dívida consolidada, nossa dívida está aqui: 15.411. Pelo limite hoje estabelecido pela Resolução do Senado, poderia chegar a 61% ou seja, temos espaço para tomar operações de crédito da ordem de R\$ 46 bilhões. Nosso limite da dívida tem caído, você pode observar, era 58% e já está com 49%, quase 10 pontos percentuais de queda entre 31 de dezembro de 2014 e 30 de agosto de 2015. Mas, temos inúmeros desafios ainda pela frente. Há espaço ainda para ampliação da receita, seja ela tributária ou não tributária, no que se refere à tributária, não com criação de novos impostos e aumento de alíquotas de impostos existentes, mas em cima do combate à sonegação, do combate a inadimplência, permitindo que o contribuinte possa se autorregularizar também em relação à dívidas que eventualmente tenha para com o fisco, de tal maneira que possamos aplicar esses recursos bem, na forma como está sendo aplicada. E também reduzir despesas - digo sempre que despesa é igual cabelo, você tem que estar todo tempo cortando, porque se não cortar, cresce, e a tendência é que fique de uma maneira insuportável, que acabe onerando significativamente o contribuinte, aumentando a carga tributária deste, quando não consegue se reduzir despesas e ampliando a capacidade de investimentos no Estado. Todas essas ações que fizemos até agora e as que serão ainda realizadas até 31 de dezembro desse exercício, propiciarão que possamos, ainda neste ano, fazer o ajuste nas contas do Estado e que possamos ter um orçamento equilibrado, um orçamento robusto para 2016. Hoje entregamos a peça orçamentária à Assembleia Legislativa, da ordem de R\$ 55 bilhões, com investimentos da ordem de R\$ 6 bilhões e 8 milhões, ou seja, 12% do orçamento é de investimentos. Então, todo esse esforço que todos nós fizemos, o Governo, os Parlamentares, presentes nas votações, o aperfeiçoamento dos Projetos aqui encaminhados, propiciaram que pudéssemos apresentar um orçamento a esta Casa com um volume significativo de recursos para investimentos, para que possamos melhorar mais ainda a competitividade do Estado vis-à-vis outras unidades da Federação, ou mesmo outros países. Desses investimentos de R\$ 6 bilhões e 800 milhões, mais de R\$ 1 bilhão, R\$ 1 bilhão e 500 milhões, aproximadamente, estão sendo aplicados na malha rodoviária do Estado, melhorando significativamente essa malha. Era isso, Presidente. Tenho aqui os números também de 2016, mas, a não ser que algum Parlamentar queira que apresente, mas os números relativos ao quadrimestre, concluo aqui a apresentação e agradeço a todos. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Temos três Parlamentares inscritos. Então, pela ordem de inscrição... Deputado Romanelli, gostaria de falar agora? Pela ordem de inscrição, temos o Deputado Marcio Pauliki, primeiro inscrito, a fazer perguntas ao Secretário. Dentro do critério que estabelecemos, as perguntas... O Deputado terá cinco minutos para fazer a pergunta, o Secretário Mauro cinco para a resposta e com direito a réplica e tréplica de três minutos. Então, portanto, o Deputado Marcio Pauliki é o primeiro a fazer perguntas.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Seja bem-vindo, boa tarde, Sr. Secretário Mauro Ricardo. Gostaria de lhe fazer, na verdade, três questionamentos, vou aproveitar esses cinco minutos. E até entreguei ao senhor... Falo hoje também como Presidente da Comissão de Indústria e Comércio e estamos já há praticamente cinco meses conversando com entidades, audiências, Secretarias, como no caso do Planejamento, hoje mesmo estava com os responsáveis pela Agência de Desenvolvimento. E, nessas audiências com as entidades, é claro que estamos falando e preocupados sobre a questão da crise em nosso País e que vem, é claro, trazer essa crise ao Estado do Paraná. Uma crise que muitas vezes, acaba sendo preocupante na questão do aumento dos impostos, mas também muito na redução da taxa de emprego. Tínhamos uma taxa de desemprego no País de 5% até um ano e meio atrás e estamos chegando a quase 9%, muito próximo da crise que foi institucionalizada em nosso País em 99 para 2000. A questão é a seguinte, dentro dessas questões do pacto do emprego, o senhor vai notar que estamos falando de questões de crédito de ICMS, de fomentos, de equalização de ICMS, do *Paraná Competitivo*, de revisão de Decretos

de importação, de ICMS, e tudo vem se somar a uma motivação para que as empresas possam manter os empregos. Convivo, sou empresário, com muitas empresas da indústria e varejo, e estamos batendo recorde de recuperação judicial em nosso Estado e em nosso País, até porque hoje a folha salarial não se paga com o lucro, ela se paga com o fluxo de caixa. Então, queria perguntar da possibilidade - claro até já fizemos alguns pedidos para uma audiência com o senhor, espero que possamos até ter essa conversa nas próximas semanas - não queremos os empresários, as entidades, nesse momento pedir uma redução de impostos, porque sabemos, não tem guarida, mas a flexibilização de alguns. Um deles é a questão da subsunção tributária. Hoje pagamos antes do fato gerador. Hoje, com a crise econômica da perda da confiabilidade do consumidor, hoje inclusive, está até mais difícil vender os produtos ao mesmo preço original. Hoje está se vendendo, inclusive, depois que fica em uma prateleira muitos meses, por um preço muito menor do que o valor praticado, do que a origem que forma a subsunção tributária, que é a MVA. E pergunto da possibilidade, se há guarida junto ao Governo, de pensarmos, nesses próximos meses, de uma flexibilização do pagamento da subsunção tributária, para que se faça em algumas vezes, da mesma forma que fazemos aos clientes. E claro que a subsunção tributária vai para a indústria, mas com certeza o comércio pede essa flexibilização a partir do momento em que saiba que a indústria está conseguindo pagar em algumas vezes, para que sobre um dinheiro no caixa para se pagar a folha, senão teremos ainda mais demissões. Então, a primeira pergunta à questão da subsunção tributária; a segunda, se já existe a possibilidade de estudo da Secretaria para que o *Paraná Competitivo* - já fizemos esse pedido ao Secretário de Planejamento e ele levou até a Secretaria, a sua Secretaria - se já existe uma metodologia sendo estudada para que o *Paraná Competitivo* seja extensivo também para as empresas, não apenas indústrias, mas comércio, prestadores de serviços, atacados e distribuidores, para que possamos atrair essas indústrias de fora para cá. E, principalmente, também, aquelas que querem expandir, que são aqui do Estado, possam também ter essa questão. E, por último, queria fazer uma pergunta sobre a sua apresentação: qual é o percentual da redução de despesas que o Estado teve? Qual é o percentual dessa... do não pagamento dos inativos do Fundo Financeiro que foi para o Previdenciário, qual foi o percentual da redução de despesas que foi 5%, vimos ali que é 11%, que é do pessoal? Mas no total das despesas economizadas, qual é o percentual desse... Não repasse mais para o Fundo Previdenciário? É isso, Sr. Secretário.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Primeiro, queria saudar o Deputado Marcio Pauliki e dizer da satisfação de estarmos juntos novamente. Bom, esse momento não é... É um momento de ajuste fiscal. Então, infelizmente, não podemos flexibilizar em relação à questão da Receita, sob pena de não cumprirmos todos os compromissos que assumimos até o final do exercício. No que se refere ao *Paraná Competitivo*, estamos em análise junto com a Secretaria do Planejamento, o Francisco, inclusive, da assessoria econômica, está em discussão interna na Secretaria da Fazenda e na Secretaria do Planejamento, para que possamos aperfeiçoar o *Paraná Competitivo*. Em relação à questão de quanto foi reduzida a despesa com os termos de compromisso, foi algo em torno de uns R\$ 600 milhões, aproximadamente. De janeiro a agosto, uma redução de aproximadamente R\$ 600 milhões, nas transferências ao Tesouro, Fundo Financeiro e do Fundo Militar, por conta de que essas pessoas, 33 mil pessoas passaram - inativos e pensionistas - a ser pagos pelo Fundo Previdenciário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Deputado Marcio, V.Ex.a tem três minutos.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Queria em percentuais, Sr. Secretário, dos 100% economizados de despesa pelo Governo, qual é o peso do não pagamento para o Paraná previdência desses inativos, qual é o percentual? E para terminar, Sr. Presidente - já não tenho a tréplica, só a réplica - queria dizer que estou aqui, faço parte da Base Independente mas estou aqui porque, da mesma forma que foi aqui que foi uma falta de respeito em relação a terem avisado um pouco tarde, apesar de que recebi os documentos ontem, também entendo como falta de respeito o fato de que não foi avisado por ninguém, de Bancada de Oposição ou de Independente, que sairiam daqui, até porque tenho perguntas a fazer ao Secretário. Por isso é importante também registrar isto.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Percentualmente, representou algo em torno de 11, 12%, que foi a redução das despesas com pessoal e encargos sociais, do total de redução de despesas.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Onze do total?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: O que deu aproximadamente R\$ 600 milhões em valores absolutos, sem correção, valores nominais.

DEPUTADO MARCIO PAULIKI (PDT): Está bem, Sr. Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Com a palavra...

DEPUTADO SCHIAVINATO (PP): Sr. Presidente, gostaria de inscrever-me para falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Na sequência, então. Deputado Claudio Palozzi agora.

DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Secretário Mauro Ricardo, assessoria da Secretaria da Fazenda, nobres Deputados e Deputadas. Observamos que no cumprimento das metas fiscais até agora, do 2º quadrimestre, foram aplicados em educação 32,7% das receitas correntes líquidas. Sabendo que o limite mínimo é 30%, o Estado está gastando em educação mais do que o limite estabelecido pela legislação, o que é um fato a ser considerado, levando ainda em consideração que o Governo do Estado não repassou este ano, na data-base, a correção salarial definida por Lei, que deveria ter sido feita por 8,47 ou 8,17, não me recordo, que ficou para outubro agora e outra parte para o ano que vem. Se isso fosse feito, com certeza o Governo do Estado já teria gasto até agora uns 35%, imaginamos, em educação, acima do limite mínimo que é 30%. Pergunto ao senhor: na área da saúde a legislação estabelece que o Estado precisa gastar no mínimo 12% das suas receitas correntes líquidas, e até agora apresentou uma despesa de 10,4%, quer dizer, bem menos do que a legislação exige do mínimo a ser aplicado. Tudo bem que isso pode ser diferente daqui para frente e o Governo do Estado vai aplicar mais, pelo menos atingir o limite mínimo, mas queria perguntar ao senhor: o que é mais prioridade, educação ou saúde? Não quero dizer que educação não é prioridade, mas entendo que saúde merece uma atenção maior por parte de nós todos. O senhor mesmo, como Secretário da Fazenda, aqui para nós paranaenses é muito importante o seu papel, mas vai ficar marcado se na sua passagem pelo Estado do Paraná e na função importante que você exerce, conseguir sensibilizar a equipe de Governo, o próprio Governador Beto Richa a aplicar mais do que o mínimo necessário da receita própria corrente em saúde, 13, 14, 15%. Ficaria marcada a sua passagem com um ponto muito positivo, porque saúde também é prioridade.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Como eu falei anteriormente, os gastos com saúde, este ano estamos pagando muitos compromissos de exercícios anteriores da saúde, temos uma dívida grande ainda, já pagamos grande parte dela, mas ainda tem um pedaço a ser pago relativo a exercícios anteriores, e estamos pagando também os compromissos deste ano, por isso a execução de 10,4%, considerando inclusive que temos grande parte das nossas receitas, e as receitas do IPVA também são concentradas no primeiro semestre, e logicamente isso interfere em relação ao alcance do índice de saúde. A expectativa este ano é que gastemos mais de 12%. No ano passado foram gastos 12,3% aproximadamente, e este ano a expectativa é que cheguemos a 12, 12,5%, aproximadamente, com gastos em saúde, e algo em torno de 33 a 34% em gastos com o ensino. A prioridade do Governo é a saúde, a educação, a segurança pública e a assistência social, onde estamos aplicando grande parte dos recursos arrecadados da população do Estado do Paraná. Só queria fazer, talvez, uma observação em relação ao que o Marcio Pauliki falou da Audiência Pública, após a sua tréplica, talvez. Queria dar uma sugestão aqui a todos. Não é a primeira vez que sou Secretário da Fazenda. Estou acostumado a ir à Audiências Públicas em relação à apresentação do quadrimestre. Ocorre que os relatórios de gestão fiscal, o prazo estabelecido para publicação é no 30.º dia após o encerramento do quadrimestre, ou seja, eles estão publicados hoje no Diário Oficial. Por que é no 30.º dia? Porque demanda algum tempo até que a área de contabilidade possa fechar todos os relatórios para publicação. O que ocorria em outros locais que passei como Secretário da Fazenda? A Audiência Pública não se dava nesse mês e sim no 15.º dia útil após a publicação dos relatórios, para que os Parlamentares pudessem ter ciência dos relatórios, analisar e debater esses relatórios nas Audiências Públicas. Aqui a Audiência Pública está ocorrendo no mesmo dia da publicação do relatório. Então, é algo que há possibilidade de se ajustar, de tal forma que todos possam receber os relatórios com antecedência, até porque eles ficaram prontos ontem e foram publicados, mandados para o Diário Oficial e publicados hoje no Diário Oficial. Tão logo eles ficaram prontos, disponibilizamos por intermédio desta apresentação resumida aos Parlamentares, mas toda vez que marcamos a reunião no 30.º dia após a apresentação do relatório, vai acontecer o que está acontecendo aqui hoje. Não tem condições de ser diferente disso.

DEPUTADO CLAUDIO PALOZI (PSC): Então, usando a réplica e aproveitando já o assunto, também gostaria de neste momento reforçar a sugestão do Deputado Marcio Pauliki, que possamos ter um tempo maior, realmente, como o senhor mesmo reconhece, para que possamos analisar, acompanhar e sugerir algumas situações que possam melhorar a aplicação dos recursos arrecadados pelo Estado, e lógico, sabemos que somos apenas um intermediador do povo em relação ao Poder Executivo, mas nada mais importante do que termos condições de realmente acompanhar perfeitamente, como a Lei 101 estabelece, de forma clara e transparente, a aplicação dos recursos e as metas fiscais do exercício financeiro. Queria ainda, reforçando a minha tese em relação à aplicação de mais recursos da receita própria em saúde acima do mínimo necessário, já fui Prefeito quatro gestões, sei também quem passou pelo Executivo que é importante termos recursos para atender todos os segmentos, que sabemos que é difícil acontecer, mas na saúde é prioridade, e sei também que é difícil entendermos como pode um Executivo estabelecer uma meta de receita e despesa, chega ao final do exercício e a despesa sempre é maior do que a receita, o que não é correto, porque se o Governo Federal gasta mais do que a sua receita, o Governo do Estado gasta mais do

que a sua receita própria, e os Municípios gastam mais do que a sua receita própria, enfim, vira uma bola, que é complicado. Também temos consciência de que o mandato termina e as necessidades não, mas saúde sempre é prioridade, porque o povo está sempre cobrando uma condição melhor de vida. Cito o exemplo do Hospital Regional de Umuarama, que o Governo do Estado assumiu um compromisso de ajudar na construção e na instalação, e já faz praticamente um ano que a parte física está pronta, muitos equipamentos já estão lá, e é preciso que possamos influenciar e conscientizar a necessidade de que os recursos assumidos, firmados de repassar para viabilizar o funcionamento do hospital, seja feito o mais breve possível. Esse é um anseio da população de Umuarama e de toda aquela região, que precisa de atendimento de saúde especializada e normalmente se descola para outros centros para receber esse tipo de atendimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Bem, na verdade, diante da preocupação do próprio Secretário em razão do protesto feito pelos Deputados de Oposição, e acho que o Secretário Mauro deixou com muita clareza o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, não podemos penalizá-lo porque ela estabelece que no dia em que se publica e se faz a Audiência Pública, imediatamente tem que se comunicar o Tribunal de Contas. É isso, não é? Então, por sugestão do Secretário Mauro, e é claro que vamos tomar essas providências para não termos, na sequência, em outras vindas do Secretário aqui, o dissabor do que ocorreu. Vamos fazer um entendimento com o Tribunal de Contas, para que uma vez publicada, possamos promover a Audiência Pública 15 dias após a publicação, que aí os Srs. Deputados terão o tempo suficiente para, enfim, poderem conhecer na íntegra essa prestação de contas quadrimestral. Vamos tomar essas providências, Secretário. Com a palavra o Deputado Adelino Ribeiro e depois o Deputado Schiavinato.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Sr. Secretário, boa tarde; é uma satisfação. Iria fazer duas perguntas, mas uma pergunta o Deputado Palozzi já fez, que é o investimento na área da saúde.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Deputado Adelino, poderia usar esse microfone? Porque está cortando a sua voz naquele microfone.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Os investimentos na área da saúde, 10,39 nesse quadrimestre investidos, 12 ponto é a obrigação do Governo do Estado de aplicar os investimentos. Queria saber, até porque fiz parte da Comissão de Saúde no mandato passado, 2010-2014, e cobrávamos sempre do Secretário Michele a aplicação dos recursos dos 12%. Tem alguns investimentos do Governo do Estado que chegam acima do limite, no caso da educação, quase 1% de investimento é maior na área da educação. Por que não também, como o Deputado Palozzi colocou, por que não na área da saúde ter um investimento maior? Até porque cito o hospital universitário da cidade de Cascavel, tem uma obra lá que precisa de rapidez de recursos, colocar os investimentos para poder dar andamento. Então, é um apelo que fazemos, porque é uma área difícil. Neste momento que a sociedade está passando, muita gente sai dos planos de saúde e busca saúde pública nos seus Municípios, e precisa ter um investimento maior. Por que o Governo do Estado não aplica um recurso maior nessa área se tem condições de orçamento? Já vi que a arrecadação teve um aumento gradativo nesse quadrimestre, por causa do IPVA, que teve um aumento de 43% nesse período na alíquota em cima do IPVA. Deixo aqui também uma pergunta, Secretário, até porque os investimentos, estou vendo que o Governo está ganhando um fôlego com as arrecadações e esperamos que também se conclua as obras. Eu, por exemplo, indiquei algumas obras em 2014 na área de infraestrutura, e essas obras estão paradas nos Municípios. Gostaríamos que o Governo recomencesse essas obras, até porque está ganhando um fôlego com a arrecadação, por que não se colocar os investimentos nessas obras que foram paradas? Cito, por exemplo, as pedras irregulares em Nova Aurora, um quilômetro e meio, fizeram meio quilômetro de pedras irregulares, as empresas receberam aquilo lá e está um quilômetro ainda sem dar andamento. Se isso vai ter condições de cumprir este ano ainda, com o aumento de arrecadação que teve o Estado do Paraná?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Com relação ao índice de saúde, volto a afirmar que ele será, logicamente, ultrapassado o mínimo constitucional estabelecido de 12%, a expectativa que este ano chegue a aproximadamente 12,5%. Esse índice hoje está em 10, porque você tem toda arrecadação do IPVA contaminando esse índice de saúde, que toda arrecadação de IPVA acontece no primeiro semestre. Então, as receitas são maiores no primeiro semestre do que no segundo, por isso esse índice de um pouco mais de 10%. Além do que, no caso específico da saúde, estamos aplicando muitos recursos no pagamento de despesas escritas em restos a pagar, processado. Agora, é prioridade do Governo os gastos com a saúde. O Secretário Michele tem feito um grande trabalho na área da saúde, e os resultados estão aí para todos verem. No que se refere à questão dos investimentos, estamos, logicamente, retomando os investimentos todos que estavam em ritmo muito lento, mesmo alguns parados, por conta das receitas adicionais que estão sendo ingressadas na caixa do Estado este ano, e algumas outras que ficarão para o exercício seguinte. No caso de pedras irregulares já colocamos algo em torno de 160 milhões aproximadamente, já no orçamento de 2016, para reiniciar

aquilo que estava paralisado em termos de pedras irregulares já no mês de janeiro de 2016. Daqui a três meses então iniciará, reiniciarão todos os programas, o PAM, o de pedra irregulares, os programas na área da agricultura, todos eles serão retomados a partir de janeiro de 2016.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSL): Seria isso, Sr. Presidente, estou satisfeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Com a palavra o Deputado Schiavinato.

DEPUTADO SCHIAVINATO (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário, inicialmente queria parabenizar toda a equipe da Secretaria da Fazenda pelo trabalho desenvolvido nesse período, toda equipe de governo, pelo que vem fazendo no Estado do Paraná. Ser Secretário com excesso de arrecadação é uma coisa, ser Secretário com falta de recursos é bem diferente. A Secretaria da Fazenda, com seus servidores, agora com o ingresso do Edmilson Pego, que eu queria deixar aqui registrado, um profissional altamente qualificado, tive oportunidade de trabalhar junto com ele na Prefeitura de Toledo e, sem dúvida, vai auxiliar muito os trabalhos na Secretaria da Fazenda. Tenho uma preocupação: o Estado, este ano, está somente pagando dívidas de períodos anteriores. Isso é muito ruim para o sistema público. Isso é péssimo. Temos que administrar nosso Estado pagando rigorosamente em dia os seus compromissos e, é claro, quando se paga bem, se compra bem, se consegue fazer muito mais com o mesmo recurso que vem do tributo pago pelo cidadão. Com referência à saúde, tenho uma preocupação também. É histórica no nosso Estado essa discussão do índice, se tal serviço poderia ou não ter sido incluído na saúde, e é fundamental essa preocupação de poder atingir os índices e fazer além dos índices. Mesmo a saúde pública do Paraná tendo melhorado nos últimos anos, é preciso fazer muito mais em benefício das pessoas mais necessitadas do Estado. Tenho uma preocupação também com os índices de saúde. Queria fazer uma pergunta sobre as operações de financiamento internacional: existe hoje alguma certidão, por parte do Estado, que está dificultando esse processo, e quais os valores e quais as operações que estão sendo administradas para serem contratadas num futuro próximo?

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Primeiramente, queria saudar o nobre Deputado e dizer que é prioridade do Governo, conforme já comentei anteriormente, a saúde, e que a expectativa é que possamos, este ano, chegar aos 12,5%. Ainda não chegamos, pelos motivos expostos anteriormente. No que se refere às operações de crédito, temos três operações de crédito que estão solicitadas ao Governo Federal. Operações de crédito na área de infraestrutura rodoviária, algo em torno de US\$ 300 milhões; US\$ 150 milhões em operação de ajuda de infraestrutura urbana junto aos Municípios, que seriam operacionalizados por intermédio da Agência de Fomento, e outros US\$ 67 milhões que são recursos que seriam aplicados na área de segurança pública, na área de assistência social. O Governo Federal tomou a decisão de sobrestar o andamento de todas essas operações de crédito, mesmo porque quando as despesas são realizadas, essas despesas são computadas como despesas primárias, e logicamente reduz o superávit primário dos governos, que é apurado pelo Ministério da Fazenda. Essas operações estão sobrestadas pelo Ministério da Fazenda. Estamos com problema com relação a uma certidão, que é a certidão relativa, onde tínhamos dois problemas: um problema relativo ao Tribunal de Justiça, com o atraso no pagamento de precatórios, o que já resolvemos, vocês podem observar ali que já pagamos R\$ 520 milhões com precatórios, e mais R\$ 23 milhões com obrigações de pequeno valor, somando R\$ 543 milhões. Resolvemos com o Tribunal, mas ainda temos algumas questões junto ao Tribunal de Contas do Estado, que é a contabilização do novo Plano de Contas do Setor Público. Estamos com uma dificuldade muito grande, estamos com um apoio enorme do Tribunal de Contas para que possamos equacionar esse problema e fazer os lançamentos contábeis. A execução orçamentária e financeira está sendo feita dentro do Seaf, normalmente, porém a contabilização, estamos com problemas. Já fizemos a contabilização de janeiro, de fevereiro, e estamos indo mês a mês, aos poucos, com o apoio do Tribunal de Contas. E aqui quero realçar o apoio que o Presidente do Tribunal de Contas tem dado, Ivan Bonilha, inclusive cedendo o Diretor Geral dele, o Edmilson; mais o David, e disponibilizou outros contadores temporariamente, para que possamos equacionar rapidamente esse problema, obtendo a certidão. Mas a certidão não resolveria o problema, porque os processos estão sobrestados hoje no Ministério da Fazenda.

DEPUTADO SCHIAVINATO (PP): Secretário, sabe muito bem que a Lei de Responsabilidade Fiscal aqui no nosso País veio ajudar muito os administradores públicos, uma vez que a sua observância faz com que o administrador tenha condição de fazer mais e fazer melhor com o dinheiro público. É muito importante que o Estado saia dessa crise este ano, e que no próximo exercício só contrate aquilo que realmente possa pagar. É muito difícil. Venho de uma administração pública da nona economia do Estado do Paraná, Município de Toledo, oito anos como Prefeito, e nunca recebi a ligação de qualquer fornecedor do Município de Toledo para receber nenhuma dívida. É desta maneira que tem que ser no Estado também. É muito difícil. Aqui, os Deputados recebem ligação de empresas que forneceram ao Estado pedindo que a gente interceda para receberem o que é de direito. Gostaria que no próximo exercício, tenho certeza de

que o senhor está imbuído, da melhor maneira possível, de fazer com que isso aconteça. Contrate aquilo que consiga pagar; o que não se pode pagar, se deixa para o próximo exercício. É dessa maneira que tem que ser, para que possamos fazer muito mais, otimizando os investimentos públicos do Governo do Estado. Muito obrigado.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Quero realçar que é desta forma que estamos trabalhando. Os compromissos só são assumidos se tiver disponibilidade de caixa para poder efetuar o pagamento, e é desta forma que o Estado trabalhará, já está trabalhando hoje e continuará trabalhando no futuro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Com a palavra a Deputada Claudia Pereira.

DEPUTADA CLAUDIA PEREIRA (PSC): Sr. Secretário, vejo que a preocupação não é só minha na questão da saúde, todas as áreas são importantes, mas vi aqui os colegas que me antecederam abordarem esse tema, e eu aqui, como representante legítima do meu Município, o Município de Foz do Iguaçu e daquela região em especial, quero aproveitar essa oportunidade para pedir, já que é o senhor que tem a chave dos cofres do Estado e tem feito um trabalho que quero aqui enaltecer, e dizer que a confiança que nós Deputados tivemos naquele momento, de que exatamente essa palavra teria que ser firmada, levantada aqui dentro desta Casa, a confiança na experiência e também na condução de todos os trabalhos que o senhor já havia feito junto com o Governador, e toda a sua equipe, de mandar aquelas medidas difíceis naquele momento. Talvez agora sim a população vai começar a compreender, até porque está conseguindo fazer um paralelo com outros Estados do nosso País. Então, hoje temos condições de já começar a vislumbrar situações que não poderiam ser resolvidas, em momentos já tão próximos, se não tivéssemos essa confiança nas medidas que o senhor propôs para o Estado do Paraná. Então, também nesta mesma seara, na questão da saúde, quero dizer que o Município de Foz do Iguaçu, em momentos passados, em gestões passadas, decidi pela gestão plena na saúde. Em Cascavel, que é de um porte similar, ainda não é gestão plena; Foz do Iguaçu assumiu esse compromisso; a população, que não é nem perguntada, acatou, logicamente, porque é uma decisão do Município, e hoje sofre com essa consequência. Acabamos de ouvir aqui, sabemos que constitucionalmente 12% é o índice para a saúde, é a percentagem para a saúde; o Estado do Paraná está em 10%, beirando aos 11%. Tenho certeza de que será muito mais, até por conta dessas medidas que foram tomadas, mas, Secretário, moramos ali em uma região de fronteira, o Município é gestão plena, atende mais oito Municípios, então temos mais oito Municípios atendidos pelo hospital de Foz do Iguaçu e a saúde de Foz do Iguaçu. Temos em média 270 mil habitantes em Foz e mais de 800 mil carteirinhas de SUS, ou seja, temos uma conta que jamais vai fechar. Então, é uma responsabilidade muito grande para um hospital municipal, Secretário. Temos Foz do Iguaçu com um hospital municipal, que é gestão plena o Município, que atende mais oito Municípios da região, que tem a porta de entrada ali do Paraguai, com os brasileiros que residem no Paraguai e usam aquela saúde, fora os turistas e os argentinos, que sabemos que a saúde é um direito de todos, e o Município está tendo que arcar. Então, se constitucionalmente são 12% a saúde, o Estado do Paraná está na casa dos 10%; Foz do Iguaçu, Secretário, está com quase 35% do seu orçamento sendo utilizado na saúde do Município. O Prefeito Reni Pereira tem feito um trabalho de gestão para tentar conduzir a administração como um todo nas demais áreas, nos investimentos, e o Governo do Estado tem nos socorrido, mas na saúde precisamos desse grande suporte. Estive ontem com o Secretário Michele Caputo, da Saúde, e aqui também, no dia de hoje, em uma conversa, ele tem se mostrado bastante sensível nessa questão de Foz do Iguaçu. Então, aproveito esta oportunidade, Secretário, que o senhor está aqui na Casa de Leis, para fazer esse pleito, e que o senhor também possa olhar com olhos sensíveis. Tenho certeza de que o Secretário deve abordar essa questão com o senhor nos próximos dias, porque fizemos lá alguns pleitos de aumento de recursos, e certamente isso deverá chegar ao senhor. Aproveito esta oportunidade para a cidade de Foz do Iguaçu e região, de fazer este pedido pessoalmente para o senhor nesta ocasião, e agradecer a sua vinda, que sabe que é devida, tem que ser feita, mas desta forma tão elucidativa que tem feito conosco aqui na Casa de Leis, para demonstrar os avanços também do Governo do Estado. Obrigado.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Primeiramente, queria saudar a Deputada Claudia Pereira, e dizer que a saúde é uma preocupação de todos nós do Governo, e principalmente das Prefeituras. Hoje há um subfinanciamento da saúde por parte do Governo Federal. Infelizmente o Governo Federal tem aportado muito menos recursos do que vinha aportando no passado para a manutenção dos serviços de saúde. O orçamento do Ministério da Saúde cresce a todo ano, e este adicional que é alocado ao orçamento do Ministério da Saúde é direcionado para novos programas. O *Mais Médicos*, mais remédios, mais isso, mais aquilo, e o Ministério tem transferido cada vez menos recursos para a manutenção dos serviços assistenciais. Isso tem levado a um aumento significativo da participação dos Estados no custeio do serviço e principalmente dos Municípios. Tem Municípios que estão gastando exatamente isso. Se gasta mais com saúde do que se gasta com educação ou qualquer outra área. O gasto com saúde é infinito, porque quanto mais eficiente se for,

maior será a sua demanda. Então, quanto mais eficiente é o Prefeito - e o Prefeito é eficiente - maior a demanda e consequentemente maior o gasto. É isto que está acontecendo hoje no Município de Foz do Iguaçu. Logicamente, vou conversar com o Michele, que deve colocar esses pleitos, para podermos analisar o que é possível atender. Agora, ele tem me reclamado bastante em relação às transferências do Governo Federal. Vocês puderam observar na apresentação que fiz que as transferências do Governo Federal têm reduzido em relação a exercícios anteriores. Cada vez ele transfere mais recursos para o Governo Federal, e cada vez vem menos recursos de volta do Governo Federal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Última Deputada inscrita, Deputada Maria Victória. Depois, se o Líder do Governo desejar usar da palavra, na sequência vamos dar por encerrada a Audiência Pública.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Boa tarde, Secretário Mauro Ricardo, cumprimento a todos os Parlamentares aqui presentes em nome do Presidente Ademar Traiano. Gostaria de parabenizá-lo, Secretário, pelo seu excelente trabalho desde que assumiu essa difícil empreitada, esse desafio de colocar as contas em ordem. Tenho muita admiração pelo seu trabalho, admiro a importância que o senhor deu à educação. Hoje já estamos em 31%, sendo que somente 30% são o necessário, e chegaremos aos 33%. Então, meus parabéns por reconhecer a importância do investimento em educação, para que possamos evoluir, e isso, com certeza, vai refletir em diversos segmentos, na segurança, na saúde. Parabéns pela sua visão. É frustrante, como o senhor bem colocou, que contribuímos com aproximadamente 40 bilhões ao Governo Federal e só estamos recebendo 15 de volta. Então, aproveito este momento para fazer um apelo ao Governo do Estado como um todo, para que pare de criticar o Governo Federal publicamente, porque cabe aos Ministros decidir onde vão investir. E se continuarmos criticando, esse dinheiro não vai voltar mesmo, e precisamos dele. Tem um potencial de endividamento de aproximadamente 46 bilhões, através de operações de crédito, que podemos conseguir, e também precisamos, indiretamente, do Governo Federal para isso. Tenho uma pergunta, Secretário: a receita de capital, 98%, pelas minhas contas, se dá a outras receitas de capital. Gostaria que o senhor especificasse essas receitas, por favor, e também quando a nossa folha estará disponível para fazermos novos investimentos, para atender novas demandas, depois que os pagamentos das já promessas forem atendidos. São essas duas perguntas. Agradeço a sua presença nesta Casa.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Querida agradecer as palavras elogiosas da Deputada, e dizer que a admiração é recíproca. No que se refere a despesas de capital, logicamente você tem desmembrado operações de crédito que foram contratadas em exercícios anteriores, e parte delas foi recebida nesse exercício. Entraram R\$ 254 milhões, e outras receitas de capital 113,25. Isso é proveniente de convênios que foram efetuados com o Governo Federal, a expectativa é de receber R\$ 923 milhões, e recebemos até agora em torno de R\$ 113 milhões, muito baixo o que recebemos e o que aplicamos até agora.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Muito obrigada, Secretário. Esses 253,96 se referem a terceiros, e quanto às receitas próprias, que somam 113,25, e essas sim se referem como outras receitas de capital. É a isso que eu me refiro, Secretário.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: As outras receitas de capital são provenientes de transferência de capital e de outras receitas de capital. O que são as outras receitas de capital? São os convênios que são efetuados com outros agentes públicos, como Governo Federal, para investimentos aqui no Estado; são R\$ 113 milhões aproximadamente.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Obrigada, Secretário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Portanto, Srs. Deputados, uma vez o Secretário tendo respondido todos os questionamentos feitos pelos Srs. Deputados, concedo a palavra, para encerrar essa Audiência Pública, ao Deputado Romanelli, Líder do Governo, e após a sua fala a Audiência está encerrada.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB): Sr. Presidente, apenas para agradecer a toda equipe da Secretaria da Fazenda, destacar o trabalho que é feito tanto na área da CRE, na área orçamentária, a Joana que coordena toda equipe da área de orçamento; entregou hoje aqui a peça orçamentária da LOA, enfim, toda a equipe técnica, o George Tormin, Diretor Geral, que tem feito um ótimo trabalho; Gilberto Calixto, Coordenador da CRE, toda equipe que aqui está presente, porque ninguém faz nada sozinho. O Secretário Mauro Ricardo veio ao Paraná assumindo um grande desafio, e eu diria que mais que as medidas duras que tivemos que implementar, ele tem promovido um choque cultural do ponto de vista da administração pública estadual. O Paraná se habituou ao longo dos anos a tratar os temas não com o aprofundamento necessário, e obviamente isso agora estamos tendo essa clareza. Ainda há pouco um Parlamentar vinha me questionar sobre a questão do crescimento da receita e da despesa. Ora! Todos sabemos que cortar despesa no nosso País, por força do ordenamento constitucional, é a tarefa mais difícil do mundo. A grande redução que tivemos de despesa foi com aquele desequilíbrio que tínhamos na cobertura da insuficiência financeira do

sistema previdenciário do Estado, por conta, obviamente, de um equívoco cometido em 2012. Por outro lado, acho que o grande feito foi aumentar a receita, fazendo com que a carga tributária pudesse ficar equalizada com outros Estados, e ao mesmo tempo não ter permitido o crescimento da nossa despesa. Acho que essa foi a maior façanha, eu diria, feita até agora; ao mesmo tempo, o Governo pagando o que tem de atrasado. Estou dizendo isso, Presidente, porque muitas vezes alguns, principalmente desinformados, trabalham os números, os grandes números como se o Estado gerasse receita. Não. O Estado efetivamente foi constituído pela sociedade, ele tem o tributo, arrecada o tributo e distribui através de um orçamento, programa. Estou dizendo isso porque é óbvio, o Estado só gera receita através das suas estatais, com a prestação de serviço; no mais, o Estado gasta exatamente aquilo que ele arrecada. Ou quando arrecada mal, gasta mal, se endivida. O nosso endividamento é baixo, considerando os padrões nacionais. Isso é bom para o Estado. Estou fazendo essas considerações, Sr. Presidente, porque é assim, hoje todos nós vimos, a Audiência Pública cumpriu o regimento definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente do art. 9.º § 4.º, a presença do Secretário para a prestação de contas; não precisa ser o Secretário, mas é a área que administra, obviamente, o orçamento público, e veio aqui, fez a apresentação, cumpriu o Regimento da Casa, foi feita a Audiência Pública. Ou seja, a ausência de alguns Parlamentares, única e exclusivamente diria assim, uma velha e clássica frase: "A saída deles preencheu uma grande lacuna", porque por falta de ter o que falar, se recusaram a ouvir boas notícias que são trazidas de um Estado, que num País que está numa crise enorme de gestão fiscal dos Estados, o nosso, diferente dos outros Estados, buscou o equilíbrio. Pagou-se um custo político alto, mas indiscutivelmente, pela primeira vez em décadas, o Paraná vai ter um orçamento com capacidade de 12% de investimento, como será o de 2016, e isso, para quem conhece gestão pública, sabe que é um grande salto ter um orçamento de R\$ 54 bilhões e 500 milhões com uma capacidade de investimento, entre as empresas estatais e o Tesouro direto, de exatamente R\$ 6 bilhões e 800 milhões. Acho que esse é um grande salto, que temos e vamos ter muito que celebrar em 2016, e com um instrumento poderoso, que já vem detalhado inclusive na peça orçamentária, que é justamente o que estamos terminando de votar, terminamos de votar hoje a redação final do Fundo de Combate à Pobreza, que é mais um instrumento para combater a crise e a desigualdade social. Então, publicamente, só me resta parabenizar o Secretário, toda a equipe da Secretaria da Fazenda, das mais diversas áreas, pelo trabalho que tem realizado em favor do interesse público. Certamente, vamos ainda neste Estado, ainda nos próximos anos, trabalhar muito e ter grandes resultados em todas as áreas das políticas públicas, claro, isso tudo sob a liderança do Governador Beto Richa, como disse no início, veio à Assembleia Legislativa hoje entregar a PPA e a LOA, que na minha avaliação é um fato que temos que louvar a forma desprendida e respeitosa que ele tem na relação com o Parlamento. É isso. Obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e toda a equipe da Secretaria da Fazenda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Concedo ainda a palavra ao nosso Secretário, para que faça a sua fala final de agradecimento a todos os Deputados.

SR. SECRETÁRIO MAURO RICARDO COSTA: Querida agradecer a todos os Parlamentares aqui da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pela forma como têm analisado todos os projetos, no sentido sempre de contribuir, de aperfeiçoar os projetos que foram apresentados, e quero dizer que sem eles não estaríamos onde estamos hoje, aqui. Acho que é importante registrar que sem o apoio do Parlamento não estaríamos na situação que estamos hoje. Então, queria, em nome do Governador Beto Richa, agradecer, em nome da Secretaria da Fazenda, agradecer a todos os senhores pelo espírito de colaboração que tiveram para que pudéssemos sair daquela crise que existia em dezembro do ano passado, em que não se tinha dinheiro sequer para o pagamento do 13.º. Hoje estamos aqui fazendo lastro para o pagamento do 13.º. Quero também aproveitar e agradecer a toda equipe da Secretaria da Fazenda, que como o Romanelli falou, não é o Secretário quem faz; quem faz são os senhores e senhoras aqui presentes, e os ausentes também, todos os funcionários da Secretaria da Fazenda que se dedicaram com afinco, com dedicação, para que pudéssemos alcançar estes resultados. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSDB): Nós que agradecemos, Secretário Mauro, a sua presença e de toda a equipe, que aqui vieram para prestigiar essa Audiência Pública. A Assembleia Legislativa estará sempre aberta para a Secretaria da Fazenda, para dar a contribuição necessária para consolidar as questões de ordem econômica do nosso Estado, porque a Secretaria da Fazenda - há que se reconhecer, sem demérito às demais Secretarias - é a mola propulsora da economia do nosso Estado do Paraná e é quem dá a segurança financeira, jurídica para a aplicação dos recursos e investimentos que serão feitos no nosso Estado. Muito obrigado e sejam sempre bem-vindos. Está encerrada a Audiência Pública.

"LEVANTA-SE A SESSÃO". (Audiência Pública encerrada às 16h34, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 113 da Resolução nº 1 de 1º.3.2005, Regimento Interno.)